

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS FUNDAMENTALISTAS DA EXPANSÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL DOS ESTADOS UNIDOS

*Walter de Sousa Junior**

Resumo: Originado no Ocidente e entre cristãos, o termo fundamentalismo tem sido usado atualmente para se referir ao extremismo islâmico. No entanto, não teriam os Estados Unidos transformado o seu ideal do liberalismo e da democracia num projeto fundamentalista cujas estratégias foram a Guerra Fria e a “cruzada contra o terror”? O artigo analisa aspectos políticos, religiosos, econômicos e culturais do imperialismo americano desde o século XIX até os ataques terroristas de 11 de setembro, no limiar do século XXI.

Palavras-chave: fundamentalismo, imperialismo, Estados Unidos, Destino Manifesto, terrorismo.

Abstract: Originated in the West and among Christians, the fundamentalist term has been currently used to refer to Islamic extremism. However, would not the United States turned its ideal of liberalism and democracy in a fundamentalist project whose strategies were the Cold War and the “crusade against terror”? The article analyzes political, religious, economic and cultural of American imperialism from the nineteenth century to the terrorist attacks of September 11, in the XXI century threshold.

Keywords: fundamentalism, imperialism, United States of America, Manifest Destiny, terrorism.

Introdução

O termo fundamentalismo, largamente relacionado aos sentidos de extremismo e radicalismo e muito empregado para adjetivar grupos políticos e religiosos originários do Oriente Médio – particularmente os filiados ao Islamismo – teve sua origem histórica no Ocidente e na

* Doutor em Comunicação. Professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP).

doutrina cristã. Um longo percurso o levou de um lado a outro, o que não configurou um percurso, algo que se atravessa e deixa o já decorrido para trás, mas, sim, uma disseminação generalizada que necessariamente se polariza. Essa polarização é a condição essencial para que haja oposição e afirmação na comparação de pares como verdadeiro/falso, certo/errado, democrático/autoritário, sagrado/profano, moral/amoral, avançado/atrasado, localizado/globalizado. Entende-se que esta é uma dinâmica que não se restringe a opor visões políticas, econômicas, religiosas e culturais entre um hemisfério e outro, mas que vem regendo lógicas internas nas relações nacionais e internacionais sob a realidade da globalização.

Originado na matriz protestante do Cristianismo, “fundamentalismo” foi o termo derivado de Fundamentais, referência aos presbiterianos de Princeton, que entre 1909 e 1915 estabeleceram uma nova forma de viver a doutrina bíblica como resposta à rápida modernização nas relações sociais, esta baseada na leitura literal dos ensinamentos bíblicos e no rigor de sua aplicação na vida social. A opção dos fundamentais não teve o impacto de um cisma, como ocorreu no século XVI quando os reformadores protestantes, seguidores do teólogo francês João Calvino (1509-1564), romperam com a Igreja Católica. Mas havia ali uma reorientação que afastava o grupo da tradição presbiteriana. Os calvinistas reformados que passaram a atuar nas Ilhas Britânicas (Escócia, Inglaterra e Irlanda) se depararam com um sistema político-religioso de que discordavam. Não estavam dispostos a adotar o estipulado pelos reis, o sistema episcopal e o controle de bispos e arcebispos próximos à coroa. Optaram por outro modelo, mais democrático, em que a comunidade calvinista, reunida em concílios, elegeisse presbíteros autônomos, não atrelados ao governo civil. Assim, os calvinistas logo passaram a ser reconhecidos como presbiterianos.

A colonização da América do Norte contou com forte apoio dos puritanos ingleses, também oficiantes da doutrina de Calvino e que se estabeleceram em Massachusetts no início do século XVII, fundando as cidades de Boston e Salem em 1630. Mais de 20 mil puritanos cruzaram o oceano para se fixar na região nas décadas seguintes. Também nesse período chegaram os primeiros escoceses presbiterianos, que somariam 300 mil imigrados durante o século XVIII. Radicaram-se em Nova Jersey, Pensilvânia, Maryland, Virgínia e nas Carolinas, passando a se reunir em concílios, tendo como líder no novo mundo o reverendo irlandês Francis Makemie. Até o início do século XX a Igreja Presbiteriana fez vários esforços para unir os presbiterianos divididos em Velha Escola e Nova Escola em meados dos 1800, enquanto ganhavam expressão nacional com 3 mil igrejas e 220

mil membros espalhados por todo o território americano e com a hegemonia teológica do Seminário de Princeton.

Ao analisar a formação dos Estados Unidos e a influência do protestantismo na consolidação do capitalismo liberal, Max Weber assinala que contrariamente aos católicos, regidos pela Igreja, os protestantes calvinistas procuram a Deus por meio das escrituras. O sentido de “vocação”, ou seja, uma tarefa de vida, presente no protestantismo desde Martinho Lutero (1483-1546), coaduna-se com o esforço pessoal em desenvolver uma carreira dentro da sociedade capitalista. “É uma obrigação que se supõe que o indivíduo sinta, e de fato sente, em relação ao conteúdo de sua atividade profissional, não importa qual seja, particularmente se ela se manifesta como uma utilização de suas capacidades pessoais ou apenas de suas posses materiais (capital)” (WEBER, 2001, p.48), avalia o sociólogo para, em seguida, relacioná-la ao sentido luterano de “vocação”: “O único modo de vida aceitável por Deus não era o superar a moralidade mundana pelo ascetismo monástico, mas unicamente o cumprimento de obrigações impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo” (WEBER, p. 65). Essa ética puritana, baseada no ascetismo laico, foi que, na visão de Weber, teria legado o espírito do capitalismo.

A cultura expansionista como predestinação

Também fazia parte dessa ética o direito divino concedido ao povo americano de expandir o território para levar a democracia e a liberdade a todos os cantos possíveis da América do Norte.

A maior parte dos estudiosos dedicados a entender o imperialismo dos Estados Unidos é unânime ao assinalar seu primórdio na década de 1820 quando, após processo intenso de expansão geográfica – a chamada “Marcha para o Oeste” – e de industrialização do país, o presidente James Monroe fez um reconhecimento político das nações que se formaram ao longo do continente americano rompendo sua dependência política dos países europeus. Indo além, o governo americano deixou claro que qualquer tentativa de recolonização por parte desses países seria entendida como uma afronta aos Estados Unidos. Com isso, a primeira democracia do mundo estava subscrevendo sua supremacia sobre as três Américas. É possível entrever nos pressupostos de Monroe e que constituiria sua doutrina política, uma visão de cima para baixo, não só no sentido geográfico, mas no político, reafirmando uma inferioridade latina em relação aos Estados Unidos que requeriam, assim, os países recém-libertados dentro de sua esfera de influência. “A doutrina,

porém, de fato, deixou bem clara a opinião norte-americana sobre as relações entre o Velho e o Novo Mundo e manifestou a reivindicação de dominação do Hemisfério Ocidental” (SELLERS; MAY e MCMILLAN, 1985, p. 113). De fato, nenhum país europeu, Alemanha, França ou Grã-Bretanha, grandes impérios colonizadores, ousou afrontar a Doutrina Monroe.

Estados Unidos e Alemanha se firmavam, naquela altura, como as duas principais potências econômicas mundiais emergentes, e a possibilidade de expansão na América Central e do Sul apontava vantagem dos Estados Unidos na rivalidade, especialmente por sua configuração geográfica, entre dois oceanos e sem vizinhos que colocassem em risco a sua segurança. “Seu extensivo litoral impedia que qualquer bloqueio fosse efetivamente mantido. E, ao ascender ao primeiro lugar no ranking das maiores potências industriais nos anos de 1890, os Estados Unidos começaram a robustecer seu poder naval, até então menor que o do Brasil, Argentina ou Chile” (BANDEIRA, 2009, p.45).

A grande questão historiográfica envolvida nessa discussão é o fato de apesar da Doutrina Monroe deixar transparecer suas aspirações imperialistas sobre a América Latina, os Estados Unidos ainda não dispunham de capacidade política para tanto, o que só ocorreria nas últimas décadas do século XIX, quando então as estratégias para tal domínio se consolidaram efetivamente. Por outro lado, há uma corrente de historiadores que considera que a declaração de Monroe foi somente um ato solidário sem pretensões imperialistas, aspecto este reinterpretado somente no final daquele século pelo presidente Theodore Roosevelt.

No entanto, parece natural a interpretação de que o espírito expansionista que dominou a “Marcha para o Oeste” não seria afogado na costa da Califórnia, mas avançaria além das fronteiras possíveis num país empenhado em se consolidar após os sangrentos confrontos civis da Guerra da Secessão (1861-1865). Esse impulso estava justificado pela ideia de “Destino Manifesto”, expressão cunhada pela imprensa para interpretar a expansão territorial como ilimitada, ou seja, algo que desse sentido a um avanço contínuo além das fronteiras a partir de um ideário imperialista. Essas eram, portanto, as condições culturais que levariam a uma expansão econômica, social e política e que interpretaria mais uma vez como subalterna a posição da América Latina, e que, inclusive, justificaria o avanço imperialista.

Há outros fatores que podem ter contribuído para o fortalecimento dessa postura, apontados por inúmeros estudiosos. Um deles é o político-estratégico, que atribui aos Estados Unidos um

esforço reativo à ampliação do poderio de outros centros políticos, como a Alemanha; e, por fim, o fator econômico, adquirido com sua rápida expansão industrial e o conseqüente avanço do capital.

Foi por meio do “Destino Manifesto”, por exemplo, que o norte-americano se imbuíu da certeza de que estava predestinado a difundir o ideal democrático entre os países vizinhos e nos continentes do ultramar. Já na virada do século XX esse expansionismo atingia as ilhas do Caribe e os países da América Central, ao passo que os países europeus avançavam sobre a Ásia e a África. Isso fez crescer mais uma vez o temor de que essas potências atravessassem o Atlântico e se voltassem para a América do Sul.

A vocação e a predestinação são ideias que podem se confundir, especialmente quando entendidas dentro dos contextos do capitalismo e do imperialismo. Podem ser subsequentes numa lógica em que a vocação do expansionismo, ao alcançar seu limite geográfico deriva na predestinação de levar a democracia a outros cantos. Por isso o “Destino Manifesto” foi a pedra de toque do avanço imperialista: havia um povo “escolhido” com a missão de levar a democracia aos subalternos países latino-americanos. A predestinação envolve, em sua contraparte, uma “ilusão de benevolência” (SAID, p. 18), gerada a partir de autoelogios e de um triunfalismo ufanista do país imperial.

Além da predestinação, o sentido de segurança e, particularmente, de previdência (que envolve a ideia de futuro material) ampararam o imperialismo americano naquele final do século XIX. Países como Nicarágua e Cuba foram os primeiros a serem incluídos nos interesses do “Destino Manifesto”. O primeiro, pela preocupação em interligar os oceanos Atlântico e Pacífico, foco de esforços britânicos – a Inglaterra ocupava o Norte do país – por motivos estratégicos econômicos e políticos, além de garantir a segurança dos Estados Unidos contra um novo avanço do antigo colonizador. Já Cuba estava estrategicamente localizada entre as mais importantes rotas econômicas da América, além de ser um grande produtor de açúcar. Ambos os fatores seriam essenciais para o futuro do país, além de a anexação garantir a sua segurança.

A virada para o século XX marcou a ação imperialista de fato dos Estados Unidos, que promoveram constantes intervenções nos territórios da América Central e do Caribe. O canal que interligou os dois oceanos foi construído num estreito pertencente à Colômbia, cujo território foi transformado no Panamá por pressão dos Estados Unidos ao governo local. O promotor dessa expansão extramuros do território americano foi o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), sempre representado nas caricaturas dos jornais “forte, musculoso, ensinando noções de civilização

e bom comportamento a índios, negros e mestiços da América Latina” (TOTA, 2014, p. 29). Foi o presidente também um dos baluartes do movimento progressivista, que reconhecia no americano a sua capacidade de criar um mundo de abundância e de democratizar as instituições políticas e econômicas americanas com o apoio do povo, estendendo essas “bases para além das fronteiras do país, e construir um mundo seguro para a democracia” (TOTA, 2014, p. 29).

Além disso, gozou de reputação internacional ao mediar o acordo de paz entre Rússia e Japão (1904-1905) em Portsmouth, estado de New Hampshire, processo que durou longos dias terminando na assinatura de um tratado de paz em setembro de 1905. O esforço acabou rendendo ao presidente americano o Nobel da Paz do ano seguinte.

A guinada fundamentalista presbiteriana

O século XIX marcou, dentro das fileiras do protestantismo norte-americano, a ascensão e a consolidação do liberalismo teológico, que defendia o relativismo das escrituras bíblicas. Liderado pelo teólogo alemão Friedrich Schleiermacher (1768-1834), que contestou todas as doutrinas bíblicas, o movimento cria na comunhão humana com a divindade independentemente da Bíblia. A reação fundamentalista presbiteriana se deu a partir de 1910, com a publicação (até 1915) da série Fundamentos, coleção em 12 volumes de artigos que defendiam os pontos fundamentais do cristianismo e atacavam a modernidade liberalista e que vendeu 3 milhões de cópias em todos os Estados Unidos.

A investida alcançou seu ponto alto em 1920, quando a Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana aprovou os cinco fundamentos básicos adotados pelos fundamentais: 1. A inerrância da Bíblia por ter sido inspirada pelo Espírito Santo; 2. O nascimento virginal de Cristo; 3. A morte de Cristo como redenção para o pecado; 4. A ressurreição corpórea de Cristo; e 5. A realidade histórica dos milagres de Cristo. Era a reação da ortodoxia ao liberalismo, entendido pelos primeiros como a má influência iluminista.

O conflito interno marcou a primeira fase do fundamentalismo cristão, com os líderes conservadores articulando a expulsão das igrejas dos liberais e organizando movimentos e associações. Os liberais, no entanto, assumem o Seminário de Princeton, levando os conservadores a fundarem o Seminário de Westminster. Tentam ainda proibir o ensino do evolucionismo nas escolas públicas por meio da aprovação de leis estaduais e federais. Em meados da década de 1940

a estratégia do expurgo de liberais é abandonada e decidem criar novos ramos protestantes, entre eles a Igreja Presbiteriana da América (depois Igreja Presbiteriana Ortodoxa) e as Igrejas Fundamentalistas Independentes da América. Além disso, absorvem alguns preceitos morais da sociedade americana, como a reprovação ao consumo de álcool, além de continuarem a negar os avanços científicos.

É a partir dessa opção pela separação que o termo “fundamentalismo” adquire conotações de “intransigência”, “intolerância” e “anti-intelectualismo”. Já na década dos 1970, se fortalece uma corrente interna denominada neo-evangelicalismo, aversa ao separatismo, mas que reforça os princípios evangélicos, buscando associar-se às outras correntes para escapar ao rótulo de “fundamentalista”. Logo os conservadores enxergam na nova divisão uma fonte de alto risco ao “verdadeiro cristianismo”.

Políticas liberais que entravam na pauta política da América como a liberação do aborto e a proibição da leitura da Bíblia nas escolas levaram os fundamentalistas a elegerem um novo inimigo ameaçador: o humanismo secular, que enfeixava temas como o evolucionismo, a moral em decadência, o socialismo, o comunismo, a revolução sexual e o liberalismo político. Em plena Era Reagan, nos anos 1980, o fundamentalismo passa a se envolver nas questões políticas e a usar o suporte dos meios de comunicação para afrontar homossexuais, feministas, o uso de drogas, o comunismo, etc. E para combater o evolucionismo darwinista, investe-se no ensino do criacionismo, vertente que tem por objetivo alinhar o avanço científico com a criação conforme contada no Gênesis da Bíblia.

Portanto, o plano de expansão doutrinária do fundamentalismo deixou o campo territorial e avançou no âmbito da disseminação da mentalidade fundamentalista através dos meios de comunicação e das instituições educacionais escolares ou não-escolares.

Fundamentalismo generalizado

“O fundamentalismo sempre existiu nas tradições religiosas. Ele consiste em interpretar literalmente o texto sagrado, sem contextualizá-lo, extraindo deduções alegóricas e subjetivas como a única verdade universalmente válida. Para o fundamentalista, a letra da lei vale mais que o Espírito de Deus. E a doutrina religiosa está acima do amor” (FREI BETTO, 2004).

A afirmação de Frei Betto explicita a dicotomia primordial da doutrina cristã na virada do século XX: o fundamentalismo cristão, ou seja, a interpretação literal das escrituras bíblicas de um lado e, de outro, a experiência da fé, independentemente da doutrina. Certamente que as mudanças socioculturais e econômicas pautadas pelo liberalismo acabam sendo varridas para o lado de lá do conservadorismo, embora este, por conta de um processo apoiado na moral e na cultura do controle social, embarque na formação do cidadão comum, arrastando aparatos outros como a moral e os chamados bons costumes.

Toda sociedade estabelece mecanismos e limites para as relações sociais e individuais, seja ela religiosa ou laica, nessa última, caso baseada no humanismo. Assim, não se trata de estreitar ou alargar esses limites, mas deixar claro de que lado está a verdade. A verdade, por sua vez, só tem função de lei se escrita, melhor ainda se a escritura for sagrada, inspirada pela divindade. Há também a possibilidade de ser escrita por meio de um contrato social, definida por colegiados gabaritados e aplicados por estruturas de governo, como é o caso da Constituição. No entanto, essa última tem a possibilidade de atualização, remanejamentos e ajustes, o que a torna laica.

O caso ora apresentado, da imbricação da interpretação religiosa com a ação política, no caso específico do “Destino Manifesto”, impõe um modelo como sendo a expressão máxima da verdade. A lei escrita, então, é escrita pelo homem vocacionado, inspirado pela obra a ser executada. Mesmo que não seja a leitura estrita da escritura, é também uma verdade que deve ocupar o máximo de extensão territorial possível.

E é aí que essa verdade se toca com outras verdades, fundamentadas por outras leis escritas e sagradas, interpretada em sua literalidade de modo a desvincular-se da modernidade. As religiões, em particular, chamadas as do livro – cristianismo, judaísmo e islamismo – viveram acirramento interno na virada do século XIX para o inexorável século XX, rendendo vertentes fundamentalistas, termo que se generalizou e cristalizou uma visão essencialmente ocidental desse fenômeno.

Além dos fundamentais protestantes, surgiram o sionismo judeu (a partir da publicação em 1895 do livro *O Estado judeu – Uma solução moderna para a questão judaica*, de Theodor Herzl, que prega o nacionalismo judeu sem influência dos países que abrigaram a diáspora) e os movimentos islâmicos árabes que emergem após a Primeira Guerra Mundial com a queda do Império Otomano. A resistência nacionalista recrudescer em fins da década de 1970 tanto em Israel – quando sionistas e jihadistas muçulmanos (que defendem o poder pela força) chegam ao poder em Israel e no Irã – quanto nos Estados Unidos com a rápida ascensão do evangelismo protestante.

Hobsbawm assinala que a revolução liderada pelo Aiatolá Khomeini contra o governo do xá Reza Pahlevi em 1979 – este no poder desde 1941 – “foi a primeira feita e ganha sob uma bandeira de fundamentalismo religioso, e a substituir o velho regime por uma teocracia populista, cujo programa professo era um retorno ao século VII d.C.” (HOBSBAWM, 1994, p. 442). As motivações revolucionárias dos fundamentalistas residiam no programa de modernização e industrialização conduzidos pelo xá com apoio dos Estados Unidos, tendo como contrapartida o petróleo iraniano.

Pouco antes, em 1977, no mesmo Oriente Médio, o partido sionista Likud chegava ao poder em Israel, estado criado a partir de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 29 de novembro de 1947 e que envolveu um Plano de Partilha da Palestina, mantendo largas faixas territoriais sob o domínio árabe. Foram expulsos 700 mil palestinos que viviam na região sob o domínio britânico. A territorialidade e a religião acirraram as posições em ambos os lados, transformando o Oriente Médio no maior barril de pólvora da Guerra Fria e do pós-Guerra Fria.

À medida que o tabuleiro político, econômico, religioso e cultural do mundo globalizado evidencia relações sociais cada vez mais complexas e desafios cada vez mais intrincados, o fundamentalismo tem sido a solução para a planificação das diferenças em nome de uma verdade que já está estabelecida, bastando resgatá-la e colocá-la em evidência em relação à realidade.

A recusa ao diálogo – a insistência em afirmar que somente é possível uma visão do mundo e que já se possui essa visão – tem efeito nocivo num mundo que necessita cada vez mais desse diálogo. O fundamentalismo é um conceito que só tem sentido sobre o pano de fundo da modernidade recente – a generalização e a radicalização das instituições modernas (GIDDENS e PERSON, 2000, p. 97).

O imperialismo como disseminador do “Destino Manifesto”

A resistência à modernidade ou, mais especificamente, ao “desencantamento do mundo”, como definiu Max Weber, argumento principal das religiões que adotaram a leitura literal de suas escrituras, obriga a uma reflexão que inverte a imagem no jogo do fundamentalismo. Essa modernidade, essencialmente calcada no liberalismo e na expansão socioeconômica e cultural da democracia americana, não pode também ser interpretada como uma espécie de fundamentalismo, especialmente quando o cenário de globalização se consolida com a queda da principal contracorrente política e cultural a fazer frente aos Estados Unidos, o comunismo soviético? Durante a Guerra Fria (1945-1990) foi a União Soviética não só o principal inimigo americano mas

o elemento justificador da disseminação do estilo de vida americano como antídoto à cultura materialista, à sociedade socialista e à economia fortemente baseada na agricultura (a foice) e na rápida industrialização (o martelo) coletivistas, amparada pela forte militarização do país durante o pós-guerra.

Os fatores ideológicos e, portanto, culturais do processo imperialista americano deve ser localizado naquilo que Hobsbawm chama de “Era dos Impérios”, e que ocupa o quarto final do século XIX e o início do século XX (1875-1914). As grandes potências ocidentais, mais especificamente França e Inglaterra - embora Portugal, Espanha e Itália tivessem expressão menor em termos de possessões geográficas – detinham a posse de 67% da superfície do globo em 1878. No ano da eclosão da Primeira Guerra Mundial, esses impérios europeus ocupavam perto de 85% do mundo. A preocupação dos Estados Unidos, que viviam processo de expansão territorial bem similar ao dos países europeus em sua “Marcha para o Oeste”, se pautou em argumentos particulares e culturais próprios.

Há aqui a necessidade de distinguir as ideias de imperialismo e colonialismo. O primeiro envolve um conjunto de preceitos teóricos e práticos para o domínio de territórios distantes do centro metropolitano dominante. O colonialismo, durante vasto período histórico, foi consequência direta desse arcabouço ideológico e envolveu a conquista geográfica e a implantação de colônias nesses territórios distantes. No entanto, analisa Edward W. Said:

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação (...) (SAID, 2011, p. 43).

Hobsbawm aponta que o capitalismo e a sociedade burguesa como modelo único de domínio apresentaram formas operacionais de desenvolvimento que podiam prescindir da ideologia do domínio colonial, ou seja, da conquista geográfica. Paradoxalmente, a revolução industrial, até o final da Era dos Impérios, que será cindida pela Primeira Guerra Mundial, ficou restrita aos países europeus colonizadores. Certamente isso estimulou a dependência econômica, fator que, segundo o historiador inglês, fez fortalecer os movimentos anticoloniais.

A Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, por sua vez, derrubou o czarismo instalando um governo comunista que logo emergiu como opção ao projeto capitalista e impôs novo abalo sísmico na economia mundial, que sofria com a Grande Depressão. “Pela primeira vez, os interesses de

economias dependentes e metropolitanas entraram claramente em choque (...). Pela primeira vez, colonialismo e dependência se tornaram inaceitáveis mesmo para os que até então se beneficiavam com eles” (HOBSBAWM, 1995, 211). Essa grave crise econômica abalaria ainda mais os impérios a partir da década de 1930, quando minorias dependentes começaram a se organizar, embora antigos regimes ainda se mantivessem aptos a conquistar territórios, entre eles aqueles que capitanearam os confrontos na Europa e depois no resto do globo durante a Segunda Guerra Mundial (Alemanha, Itália e Japão). Somente na década de 1950 os velhos impérios colonialistas seriam “liquidados”, conforme Hobsbawm. Os imensos territórios colonizados pela Grã-Bretanha e pela França sucumbiram ao pós-guerra. O processo mais resistente parece ter sido o português, que ainda sobreviveu dos recursos de suas colônias africanas por mais duas décadas.

A dissolução do modelo imperialista da colonização fez com que países ascendentes como os Estados Unidos optassem por outras estratégias de poder. “Curiosamente, porém, tão influente foi o discurso que insistia no caráter especial, no altruísmo, no senso de oportunidade norte-americano que o ‘imperialismo’, como palavra ou ideologia, raras vezes e apenas recentemente apareceu nas explicações da cultura, política e história dos Estados Unidos” (SAID, 2011, p. 41).

A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria

O lento e irreversível processo de derrocada dos impérios encontra, num processo em contrafluxo, a ascensão do liberalismo, do qual os Estados Unidos são o principal modelo político e econômico. Hobsbawm resume o modelo da seguinte forma: “desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembleias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião” (HOBSBAWM, 1995, p. 113). Mesmo a entrada do comunismo no tabuleiro político, baseado em valores como razão, ciência, progresso, educação e liberdade individual, não afrontava diretamente os preceitos liberais, pelo menos não tanto quanto a ameaça das forças imperiais ascendentes durante a Segunda Guerra Mundial, entre elas a alemã.

Nesse contexto inicial foi necessário aliar forças contra o inimigo comum, o autoritarismo e o conservadorismo das frentes direitistas emergentes com o fim da Primeira Guerra Mundial – motivadas em parte pela Revolução de Outubro –, em particular as reunidas pelo ditador italiano

Benito Mussolini e pelo chanceler alemão Adolf Hitler. Hobsbawm defende que a aliança heterogênea contra o fascismo, que conseguiu juntar os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e os comunistas, “nunca teria existido sem a série de agressões da Alemanha nazista, culminando com a invasão da URSS e a declaração de guerra aos EUA” (HOBSBAWM, p. 169). Era uma aliança que, inclusive, aspirava à mesma agenda iluminista: progresso pela aplicação da razão e da ciência; educação e governo popular; nenhuma desigualdade baseada em nascimento ou origem; sociedades voltadas mais para o futuro que para o passado.

Em outros aspectos, as aspirações comuns não eram tão distantes da realidade comum. O capitalismo constitucional ocidental, os sistemas comunistas e o Terceiro Mundo estavam igualmente comprometidos com iguais direitos para todas as raças e ambos os sexos, mas não de uma forma que distinguisse sistematicamente um grupo de outro, ou seja, todos ficavam aquém do objetivo comum (HOBSBAWM, 2011, p. 176).

Aspectos outros, econômicos e políticos, levaram o mundo a caminho diverso no pós-guerra. Enquanto as ex-colônias penderam a adotar o modelo socialista, a ascensão do liberalismo econômico a partir dos 1940 e sua tônica na liberdade de mercado estimularam uma dicotomia política que iria perdurar até à década de 1990. A disputa pela hegemonia política e econômica entre Estados Unidos e União Soviética fez com que ambas emergissem como superpotências militares, dando início a um confronto de ameaças expressas numa corrida armamentista nuclear que tinha tudo para dizimar populações em poucas horas: a chamada Guerra Fria. Tal demonstração de forças era salvaguardada por uma retórica apocalíptica, enquanto na linha das influências ideológicas era travada uma guerrilha sem precedentes. Ao mesmo tempo em que conferências de cúpula, como a de Yalta, entre Franklin Roosevelt, Winston Churchill e Joseph Stálin, redemarcavam geograficamente a Europa, no inverno de 1947 tinha início a Guerra Fria cultural:

Peritos na utilização da cultura como instrumento de persuasão política, os soviéticos muito contribuíram, nesses primeiros anos da Guerra Fria, para estabelecer seu paradigma central como modelo de cultura. Faltando-lhe o poderio econômico dos Estados Unidos e, acima de tudo, ainda sem ter capacidade nuclear, o regime de Stálin concentrou-se em vencer “a batalha pela mente dos homens”. A América, apesar da promoção maciça das artes no período do New Deal, era virgem na prática do *Kulturkampf* internacional (SAUNDERS, 2008, p. 32).

A morte repentina, em 1945, um mês antes do fim da guerra, de Franklin Roosevelt, o presidente americano que conduziu a América no conflito mundial, levou o vice-presidente Harry Truman a assumir a Casa Branca. As bases da doutrina que levou seu nome eram a luta contra o

comunismo e o Plano Marshall, que destinou US\$ 12 bilhões para a reconstrução da Europa. Outro legado da transição foi a criação da Agência Central de Informações, a CIA – depois chamada de “Inteligência” – em substituição à Agência de Serviços Estratégicos (OSS), que funcionou durante a guerra. Além de coordenar informações militares e diplomáticas em tempos de paz, a agência marcou uma grande mudança política dos Estados Unidos.

Os termos em que a agência foi criada institucionalizaram os conceitos de ‘mentira necessária’ e ‘desmentido plausível’ como estratégias legítimas em tempos de paz e, a longo prazo, produziram uma camada invisível de governo cujo potencial de abusos, dentro e fora do país, nunca se deixou inibir por qualquer sentido de responsabilidade (SAUNDERS, 2008, p. 47- 48).

Essa máquina de propaganda se valeu de instituições privadas para financiar estratégias de cunho cultural que desencorajassem intelectuais de esquerda a apoiar a União Soviética e passassem a se alinhar à doutrina do anticomunismo. Guiado pelo liberalismo e pelo empenho de empresários americanos contra o perigo de avanço comunista, a nova forma de atuar globalmente, especialmente a partir da vitória sobre as forças do Eixo, incluía estratégias mirabolantes para que o governo dos Estados Unidos cumprisse o propósito de financiar sem ser notado.

Um aspecto central dos esforços da Agência para mobilizar a cultura como arma da Guerra Fria foi a organização sistemática de uma rede de grupos ou “amigos” “particulares” num consórcio não oficial. Tratou-se de uma coalizão empresarial de fundações filantrópicas, empresas comerciais e outras instituições e indivíduos, que trabalhavam de mãos dadas com a CIA para proporcionar a fachada e o canal de financiamento de seus programas secretos na Europa ocidental. Além disso, podia-se confiar nesses “amigos” para articular os interesses do governo no país e no exterior, enquanto pareciam fazê-lo exclusivamente por iniciativa própria. Mantendo seu status “privado”, esses indivíduos e entidades agiam, na verdade, como os capitalistas de risco da Guerra Fria, designados pela CIA (SAUNDERS, 2008, p. 147).

Usando inclusive fundos do Plano Marshall, a CIA patrocinou seminários, revistas, concertos, viagens e manteve por 17 anos, de 1950 a 1967, o Congresso pela Liberdade Cultural, que desenvolveu estratégias de atuação que disseminassem a postura antissoviética entre intelectuais europeus e americanos. “Além disso, o ‘tipo mais eficaz de propaganda’ era definido como aquele em que ‘o sujeito se move na direção que você deseja por razões que acredita serem dele’” (SAUNDERS, 2008, p. 16 - 17).

Esse direcionamento à base de infiltrações e de uma guerra psicológica que exige coerência individual em meio aos conflitos coletivos desfez a política maquiada de altruísmo que vigorou

durante a guerra e inaugurou um período em que o controle passou a ser a base da persuasão, sempre em nome do liberalismo e da democracia.

A CIA como sombra da política internacional dos EUA

Em 1974, o ex-funcionário da CIA, Victor Marchetti, que atuou no órgão de inteligência de 1955 a 1969 –, publicou o livro *A CIA e o culto da inteligência*, após intensa batalha judicial que acabou tolhendo 339 trechos do texto original por determinação do Tribunal Federal dos Estados Unidos. A publicação manteve o texto como liberado após a censura – segundo o diretor jurídico da União Americana de Liberdades Civis Melvin L. Wulf, Marchetti “tornou-se o primeiro americano a receber uma ordem oficial de censura decretada por um tribunal dos Estados Unidos”(MARCHETTI e MARKS, 1974, p. 15) – ou seja, com a indicação dos trechos cortados (aparecem, por exemplo, indicações como: “CENSURADO – 8 linhas”). O livro se inicia com a denúncia:

Existe atualmente, em nosso país, um forte e poderoso culto secreto – o culto da inteligência. Os sacerdotes desse culto são os profissionais clandestinos da Agência Central de Inteligência; seus patronos e protetores, os funcionários da mais alta cúpula do governo federal; seu quadro social, alcançando muito além dos círculos governamentais, chega aos de poder da indústria, do comércio, das finanças e do trabalhismo (...). A finalidade do culto é fomentar as políticas exteriores do governo americano através de meios secretos e geralmente ilícitos, ao mesmo tempo em que detém o avanço do seu inimigo confesso, o comunismo. Por tradição, a esperança do culto é criar uma ordem mundial, na qual a América reinasse absoluta, líder internacional incontestada. Hoje, entretanto, esse sonho se encontra obscurecido pelo tempo e frequentes insucessos. Assim, os objetivos do culto são agora menos grandiosos mas não menos perturbadores. Ele visa, sobretudo, promover o papel que a América se atribuiu de árbitro único das mudanças sociais, econômicas e políticas das regiões ora despertando na Ásia, África e América Latina (MARCHETTI e MARKS, 1974, p. 25).

O ex-agente não esconde a sua decepção com o redirecionamento das ações da CIA durante a década de 1960, especialmente com a adoção de uma linha de atuação voltada à política externa dos Estados Unidos chamada Teoria da Ação Secreta, defendida e sustentada por Richard Bissell, ex-chefe de Serviços Clandestinos da CIA, numa reunião com outros ex-profissionais de inteligência em janeiro de 1968. O sentido de “ação secreta” é

a tentativa de influenciar em assuntos internos de outras nações – às vezes denominada de ‘intervenção’ – através de meios secretos... a técnica é essencialmente a de ‘penetração’ (...) Muitas das ‘penetrações’ não assumem a forma de ‘contrato’, mas sim de estabelecimento de uma relação

íntima ou amigável (que pode ou não ser fomentada pela provisão esporádica de dinheiro) (MARCHETTI e MARKS, 1974, p. 48).

Essas relações íntimas ou amigáveis tinham como objeto, na maior parte das vezes, instituições privadas – aliás, uma prática bem antiga dentro da CIA, como vimos acima. Na altura em que o livro de Marchetti e Marks foi publicado, início dos anos 1970, eles lamentaram o desgaste das “fundações americanas” como estratégia por conta de erros táticos dos agentes livres da cultura. A teoria de Bissell acabou prevalecendo e as ações secretas passaram a ser a pedra de toque da ação da CIA na década de 1960, jamais tendo sido contestada por nenhum presidente americano do período.

A questão central, no entanto, não se refere diretamente à estratégia do governo americano de interferir nas questões políticas, econômicas e culturais de outros países, sejam da Europa, Ásia ou América Latina, mas o fato de terem sido criados mecanismos os mais complexos sob a camuflagem dos investimentos públicos americanos pagos pelo cidadão, sem a necessidade de justificá-los uma vez que receberam aval legislativo e executivo para serem gastos.

Marco econômico naquela altura foi a grande crise do petróleo em 1973. Combustível do próprio capitalismo liberal, o petróleo passou a ter grande parte de sua produção controlada pela Organização dos Países Exploradores de Petróleo (OPEP), da qual faziam parte Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait, todos da região do Golfo Pérsico. Isso se deu com a majoração do preço do barril de petróleo como forma de ampliar os royalties dos países produtores, o que fez quadruplicar o preço dos combustíveis pagos pelos países do Ocidente. Mas a questão não era somente econômica. O aumento se justificou também pelo apoio dado pelos Estados Unidos a Israel na Guerra do YomKippur (conflito entre o país judeu com uma coalizão de países árabes). Em 1979, como visto, a ascensão do sionismo em Israel e do fundamentalismo islâmico no Irã agravou ainda mais as relações políticas com os Estados Unidos na região. Nesse contexto é que se dá a face mais terrível do fundamentalismo: o terrorismo.

Trata-se da prática de violência física ou psicológica praticada por um grupo ou um governo em nome de uma causa política ou religiosa, contra populações ou instituições civis ou governamentais (atentados), de modo a disseminar o pânico (o terror). O terrorismo foi incluído pela primeira vez na pauta da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1972 por conta da ação de oito membros do grupo palestino Setembro Negro durante os Jogos Olímpicos de Munique (Alemanha), que incluiu o sequestro de onze pessoas, a maioria atletas israelenses, que acabaram

mortas quando a polícia tentou resgatá-las. Na ocasião, o debate concentrou duas posições distintas: os países ocidentais, capitaneados pelos Estados Unidos, defenderam a repressão aos grupos terroristas, enquanto o bloco comunista e os países em desenvolvimento (Movimento dos Não-Alinhados) entendiam ser mais eficaz a identificação das causas do terrorismo e sua eliminação. Mais de uma década depois é que o enfoque repressivo prevaleceu e a ONU passou a condenar o terrorismo.

Paralelamente à corrida armamentista com a União Soviética, os Estados Unidos passaram a canalizar esforços no combate ao terrorismo usando as mesmas estratégias esmiuçadas pelo ex-agente da CIA, ou seja, por meio da “penetração”, ou pela ação militar direta, quando não havia alternativa possível. A crise do petróleo inaugura uma nova forma de imperialismo que, com a derrocada do bloco socialista em 1990, permanecerá como a grande estratégia disseminadora do “Destino Manifesto” americano: a guerra contra o terrorismo. David Harvey aponta que nesse período também os Estados Unidos concretizam um estado de negação. “(...) não se deveria chamar as ações imperiais dos Estados Unidos por esse nome” (HARVEY, 2003, p. 15). A grande mágica nesse processo tinha por truque a conquista da hegemonia econômica mundial pelo neoliberalismo. “(...) a ‘financeirização’ lançava sua rede por todo o mundo, concentrando-se num conjunto hierarquicamente organizado de centros financeiros e numa elite transnacional de banqueiros, corretores de ações e financistas” (HARVEY, 2003, p.62). A lógica do império do capital, que havia suplantado desde a Segunda Guerra Mundial o império do território, avançava sob a hegemonia americana, inclusive sobre a nova Rússia, incorporada a organismos político-financeiros como o G-8. Imaginou-se então que se iniciava um “ultra-imperialismo baseado numa colaboração pacífica entre todas as grandes potências capitalistas(...). (...)o caráter cosmopolita do capital financeiro (simbolizado pelas reuniões do Fórum Econômico Mundial em Davos) seria sua ideologia de base” (HARVEY, 2003, p. 63).

Esse quadro de “fim da história”, como imaginou Francis Fukuyama, ideólogo do governo de Ronald Reagan (1981-1989), que se caracterizou pelas ações secretas de apoio a opositores de governos não alinhados na África, na Ásia e na América Latina, culminou com o fim da União Soviética, o que ampliou ostensivamente a hegemonia neoliberal americana.

A eleição de George W. Bush aproximou do poder um dileto grupo de pensadores neoconservadores que suplantou neoliberais e criou uma democracia baseada eleitoralmente na população de cristãos fundamentalistas. Então, o capital se viu ferido na carne com um ataque terrorista sem precedentes,

que colocou no chão uma parte da estrutura de aço e concreto do imperialismo capitalista. Os mesmos fundamentalistas chegaram a entender o ataque de 11 de setembro de 2001 como prova da ira divina contra a permissividade da democracia americana ao excessivo liberalismo modernizante. Isso ajudou a tornar a resposta americana aos terroristas islâmicos que assumiram o atentado uma Guerra Santa entre Ocidente e Oriente, entre cristãos e mouros, enfim, uma “cruzada contra o terror”, com toda a carga histórica que o termo podia carregar.

Considerações finais

Esta rápida análise se propôs a provocativamente inverter, como num reflexo de espelho, a imagem do Ocidente e sua posição no quadro histórico atual que envolve acusações de lado a lado – e mais uma vez cabe ressaltar que não se trata e jamais se tratou de uma guerra entre Ocidente e Oriente, mas de oposições que estiveram sempre presentes nas intrincadas disputas internas envolvendo aspectos políticos, culturais, econômicos e religiosos. Como foi previamente esboçado, a complexidade que assoma esses aspectos tende a criar polarizações simplificam o posicionamento de grupos a partir de verdades escritas, sejam elas por inspiração divina ou por vocação.

Com o advento da sociabilidade digital a partir de redes de inter-relações pela Internet, esse processo se torna mais presente nas discussões cotidianas, sejam sobre religião, política nacional, futebol ou preferência pelo clima. Por serem fomentadas pela representação do “eu” nas redes sociais digitais, e não pelo diálogo direto, face a face, as controvérsias tendem a gerar mal-entendidos e, por extensão, fundamentalismos cotidianos. Isso corrobora o que Umberto Eco disse numa de suas últimas entrevistas a um programa de televisão brasileiro (*Milênio*, da Globo News, em julho de 2015): “Todo tipo de racismo, fundamentalismo, quase sempre, se baseia em afirmações falsas. Pense, na realidade, Hitler matou 6 milhões de judeus levando a sério o antigo Protocolo dos Sábios de Sião¹. É natural que toda forma de crime na história nasce da desinformação orientada”.

Referências bibliográficas

¹ Documento forjado produzido na Rússia czarista que garantia estar sendo conduzida uma conspiração de judeus para a dominação mundial e a subordinação do Ocidente. Hitler se amparou na tradução alemã do texto para justificar o seu antissemitismo.

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Geopolítica e política exterior*. Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- BETTO, Frei; “Fundamentalismo cristão”. 23/11/2004. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article122917.html>>. Acesso em: 02 de jun 2016.
- GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MARCHETTI, Victor e MARKS, John D.. *A CIA e o culto da inteligência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.
- SAID, Edward. W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem pagou a conta? – A CIA na Guerra Fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SELLERS, Charles; MAY, Henry e McMILLAN, Neil R.. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- TOTA, Antonio Pedro. *O amigo americano – Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.